



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS DE QUESTÕES DE DEFESA



Evolução e Perspectivas Futuras de Questões de Defesa

Palestras

Evento realizado em 1° de outubro de 2015

Palestrantes

Prof^a. Dr^a. Monica Herz

Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof. Dr. Hector Saint-Pierre

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizontini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Apresentação

O presente livreto tem como motivação disponibilizar para os acadêmicos interessados no tema e para a sociedade em geral assuntos debatidos na Escola Superior de Guerra durante o ano de 2015. Nossa instituição tenta, dessa forma, atender às recomendações definidas na Estratégia Nacional de Defesa no que se refere à divulgação do debate do tema defesa na sociedade. Como estrutura componente do Ministério da Defesa, a ESG busca alinhar-se às demandas do Estado brasileiro, buscando cumprir as ações estratégicas de defesa. Fiel ao princípio da integração civil-militar que persegue desde sua criação, nossa Escola convidou para a atividade três professores doutores com ampla produção científica.

Este evento fez parte de uma série de cinco “módulos temáticos” que tratam de assuntos considerados relevantes para a Defesa. O livro em questão apresenta três palestras que abordaram o tema “Evolução e perspectivas futuras de questões de Defesa”, realizadas na Escola Superior de Guerra (Campus Rio de Janeiro), em 1º de outubro de 2015.

Como debatedores, além dos “estagiários” do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, foram convidados alunos e professores de instituições universitárias e pesquisadores envolvidos com a temática, de forma a ampliar a qualidade dos questionamentos.

Na abordagem de cada pesquisador, a Profª Monica discute algumas características mais gerais do regionalismo no campo da segurança latino-americano e sul-americano. O Prof. Hector vai buscar os fundamentos de sua formação filosófica para apresentar sua perspectiva das questões de Defesa. Já o Prof. Vizentini faz sua abordagem com a lente do realismo nas relações internacionais. Boa leitura.

SUMÁRIO

Apresentação	3
Professora Dr ^a Monica Herz	5
Professor Dr. Hector Saint-Pierre	12
Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini	21

Prof.^a Dr.^a Mônica Herz¹

É um enorme prazer estar aqui hoje, participando desse evento na Escola Superior de Guerra. A vinda aqui me faz lembrar minha infância, trazendo à tona o que representou a Escola Superior de Guerra como referência de memória. Meu pai (que então trabalhava em uma empresa multinacional) veio fazer um curso de um ano na Escola. Ele era alemão, e tinha muito orgulho de andar com o símbolo da Escola Superior de Guerra em seu carro. Dessa forma, para mim, esta questão pessoal reforça a satisfação de estar aqui podendo contribuir de alguma forma.

A contribuição que eu posso trazer para este debate não está propriamente no campo da Defesa e dos Estudos Estratégicos, porque essa não é minha especialidade – eu trabalho com segurança, no campo da resolução de conflitos. Mas eu acho que esses campos são tão interligados, que é impossível pensar um sem o outro. Pensá-los mutuamente me parece ser uma contribuição importante.

Esse trabalho foi escrito por mim junto com a Professora Maíra Siman e a Ana Clara Teles, que era nossa assistente de pesquisa. Aproveito a oportunidade para informar que ele está disponível para divulgação. Ele é um produto de um grande projeto do Instituto de Relações Internacionais da PUC, que criou uma unidade de mediação internacional de conflitos. Nós estamos há três anos trabalhando nesse projeto, no intuito de discutir mecanismos de resolução de conflito de uma forma geral, mais especificamente na América Latina.

Nesse trabalho, nós tentamos identificar algumas características mais gerais do regionalismo no campo da segurança latino-americana e sul-americana. Nossa pesquisa considerou que existem quatro traços dos mecanismos de resolução de conflitos que podem ser considerados relevantes. Antes porém de apresentarmos essas características, acho que é muito importante discutirmos com muito cuidado o que nós entendemos de conceito de região. Inicialmente, pode-se dizer que a ideia de região tem um aspecto geográfico obviamente importante. Entretanto, observa-se que ele também é socialmente construído. É

¹ Graduada em História pela PUC-Rio (1985), mestrado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1989) e doutorado em Relações Internacionais - London School of Economics and Political Science (1994).

muito importante entender como as populações, as sociedades, as elites locais, definem as suas regiões. E entender também que essas definições vão se modificando ao longo da história.

Mais do que isso, existe um conceito que é crucial nesse campo de estudo de regiões, o conceito de regionalismo, que diz respeito a essa ideia de que as elites constroem projetos regionais. É muito importante que nós possamos perceber qual é a definição de região que está na base de diferentes projetos regionais. E essa discussão está presente nesse trabalho que a gente desenvolve aqui. Vocês verão isso já no primeiro traço dos quatro que eu vou salientar, que aparecem na nossa discussão. Mas é muito importante pensar em termos de qual é o projeto de região que está na mesa que está em disputa ou quantos projetos de região estão em disputa. Porque, se nós conseguirmos entender – e aí eu já entro na relação com a defesa – quais são os projetos de região que estão em disputa, que estão na mesa, que fazem parte da agenda política, nós podemos pensar muito melhor na nossa estratégia de defesa, a nossa política de defesa.

Essa complexidade da definição de região é muito importante porque senão nós podemos cair na hipótese da simplificação da definição de região e não darmos conta do grau de complexidade que será necessário para elaborar uma política pública de defesa mais eficiente, mais adequada ao momento histórico que estamos vivendo. No campo da segurança, especificamente no campo da resolução de conflitos, nós salientamos que quatro são as características do regionalismo nas Américas – e eu vou explicar porque estou usando o termo mais amplo possível.

A primeira característica é o pluralismo institucional, quer dizer, a arquitetura institucional plural. Isso não significa que não estamos levando em consideração que os diferentes projetos estão em disputa, que há de fato confronto – não no sentido do uso da violência –, há uma disputa. Assim, não há perspectiva de que essa arquitetura plural pressuponha algum tipo de harmonia. Essa arquitetura já se tornou parte da nossa cultura, já se tornou parte da forma de construir organizações regionais nas Américas.

A segunda característica que nós salientamos – que é bastante discutida pela literatura – é a tendência a um quadro legalista, uma ênfase muito grande nos mecanismos legais e na resolução pacífica de conflitos. Podemos ver isso se desenrolar exatamente nesse momento. É interessante avaliar, observar e analisar o processo de resolução do conflito que vem ocorrendo entre a Colômbia e a Venezuela, em relação à situação do controle territorial

de fronteira entre os dois países. Eu acho interessante pensar que esses movimentos, que às vezes nos parecem naturais quando eles são vislumbrados de outras partes do mundo, parecem surpreendentes, bastante peculiares, quando identificados em nosso entorno latino-americano. As pessoas comentam, e nós observamos isso ao circular por outras partes do mundo, que o primeiro movimento é o de busca de uma resolução pacífica. É a tentativa de se criar qualquer tipo de fórum que seja possível – no caso, misturando a UNASUL e a CELAC – para que haja uma resolução pacífica. E essas expectativas têm um impacto muito grande sobre a realidade.

A terceira característica, o terceiro traço salientado é a separação entre uma situação de paz no campo internacional e uma situação de muito uso da violência no campo doméstico. Assim, observa-se uma tentativa de entendimento, de explicação, da convivência de uma esfera doméstica em que há muita violência – um nível alto de criminalidade na América Latina de uma maneira geral, e no Brasil, em particular, um nível de violência absurdo, ao analisar qualquer tipo de indicador – e uma situação internacional pacífica. Assim, verifica-se todo um discurso, uma fala, um pensamento que enfatiza essa relação por um lado, sem conseguir fazer umnexo maior entre essa prática de uso da violência na esfera doméstica com índices altíssimos de criminalidade e o segundo traço ao qual eu fiz referência, de resolução pacífica de conflitos.

Finalmente, o quarto traço ao qual nós fazemos referência diz respeito à tendência à utilização de mecanismos *ad hoc* na resolução de conflitos. E quando eu saliento esse quarto traço, parece que eu estou vendendo meu peixe, porque a nossa avaliação é que, nos diferentes fóruns, os mecanismos de resolução de conflito estão acontecendo. O que nós observamos é a tendência de encontrar a atuação de presidentes, ministros, grupos de amigos, mecanismos esses com um grau de institucionalização muito baixo, agindo sobre os processos de resolução de conflitos. E há necessidade de constituir mecanismos mais institucionalizados de resolução de conflitos – daí eu dizer que se trata, em certo sentido, da venda do nosso peixe, porque nós, na unidade de mediação, trabalhamos justamente com a formação da capacidade de mediação de conflito. Isso não significa, porém, que um grupo de quatro, cinco presidentes, com toda a sua autoridade, não possa ter um papel importante na resolução de um conflito, ou até mesmo um secretário-geral de uma organização internacional – como é o caso do Samper, da UNASUL.

No entanto, esses processos muitas vezes levam muito tempo, muitos meses e até muitos anos. Eles também envolvem, cada vez mais, uma multiplicidade de processos de negociação que exigem, inclusive, conhecimento técnico bastante significativo. Assim, há necessidade de formação de equipes de mediação que sejam capazes, de fato, de ficar no campo mais tempo e trabalhar no processo de construção de uma nova relação a partir do processo de negociação. Essa é uma característica dos processos de negociação que se referem à constituição de novas comunidades políticas no mundo de uma forma geral.

A ONU, por exemplo, tem uma unidade de mediação – eu participo do conselho acadêmico dessa unidade –, justamente visando trabalhar nessa esfera. Nós, quando realizamos o curso de inverno de duas semanas, todo ano em julho, sempre disponibilizamos duas vagas para as Forças Armadas. Evidentemente, não só há uma relação forte entre os processos de mediação/resolução de conflito e o trabalho das Forças Armadas – particularmente em operações de paz, mas não só nelas –, mas também é muito importante compreender quais são os mecanismos de resolução de conflitos e como o processo de mediação se dá. Também é relevante desenvolver a capacidade de analisar esse processo para a elaboração da política de defesa para se pensar estratégias nacionais de defesa – de novo, salientando a relação profunda entre essas duas esferas.

Voltando um pouco para cada um desses quatro traços aos quais eu fiz referência, chamamos a atenção para a arquitetura plural, já que nós temos processos bastante interessantes de definição de regiões nas Américas. Essa discussão começou no século XIX, oportunidade em que as conferências interamericanas foram cruciais, quando se deu início a construção de uma ideia de região que seria as Américas – ou o hemisfério ocidental, se vocês quiserem. A OEA se constituiu em organização a partir dessa definição de região, que é uma definição bastante apoiada no projeto político norte-americano, mas não só nele. E essa organização continua funcionando, continua tendo um papel importante na resolução de conflitos, convivendo, em disputa, com outras definições.

Existem outros processos, mas o mais recente, que podemos traçar sua genealogia a partir dos anos 90, mais claramente a partir dos anos 2000, é a construção de uma ideia de região sul-americana, muito calcada numa ideia de região com necessidades de integração física e de investimento para realizar essa integração, baseada na suposição de que deve haver um projeto regional que exclua os Estados Unidos e o Canadá. Aí surge outra disputa sobre se esse projeto deve ser sul-americano ou latino-americano. Hoje, pode-se observar a

convivência dos dois. O projeto sul-americano mais avançado, calcado na experiência do MERCOSUL e da Comunidade Andina. É uma experiência muito recente em termos históricos (2008, é muito pouco tempo), mas já apresenta uma série de propostas no campo da resolução de conflitos. O Conselho de Defesa Sul-americano pode ser entendido como parte desse mecanismo.

Há uma ideia de a UNASUL, a CELAC, o CAN, o MERCOSUL, a ALBA, a OEA, todas essas organizações estejam funcionando e estabelecendo, às vezes, de uma forma não muito clara ou muito definida uma divisão de trabalho. Então, há uma convivência de disputa por espaço, por recursos, por atenção dos governos e das elites locais, mas, ao mesmo tempo, certa divisão do trabalho ou especialização. Existe, por exemplo, uma acumulação de capacidades na OEA que não existe nas outras organizações, que pode ser utilizada em diversos casos – por exemplo, o campo das medidas de confiança mútua. E existem situações como aquela do conflito entre a Venezuela e a Colômbia, que o melhor é claramente dispor-se de uma organização sul-americana, uma organização latino-americana envolvida no processo de negociação e não uma organização que traz um peso muito grande da presença norte-americana.

Essa tendência a um conjunto de organizações trabalhando – podemos observar, se formos fazer uma expressão gráfica disso – que a relevância dessas organizações ao longo do tempo vai se transformando, se modificando em relação a diferentes temáticas. Surgiu a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE); a Escola de Defesa dos países da ALBA ainda não aconteceu; certamente ainda haverá um lugar nas escolas de defesa das Américas. Isso acaba tendo impacto sobre as nossas políticas de defesa, sobre nossas decisões de alocação de recursos, e até sobre as nossas vidas pessoais e os percursos de cada um de nós.

É importante levar em consideração esse aspecto, embora isso faça parte de uma discussão muito maior. Mais tarde irei aprofundar essa questão. Observando que essas organizações têm muito em comum, é surpreendente como a divisão de trabalho é possível, já que elas têm muito em comum, mais talvez do que as suas burocracias locais gostassem de acreditar, principalmente se formos considerar o segundo traço, que é o traço do legalismo, da ideia de defesa da soberania, da ideia de não-intervenção, onde esse tipo de norma internacional é defendida.

Assim, se observamos que esta é uma região que tem uma história de disputa entre grandes potências externas por influência desde o século XIX, nós verificamos que essa

característica ainda está presente, pois a nossa realidade atual consiste em uma busca contínua por influência exercida pelos Estados Unidos da América e, agora como ator cada vez mais ativo, a China, sem desconsiderar a presença histórica dos países da União Europeia. E, claro, as nossas políticas de defesa acabam por expressar a preocupação com como nós iremos reagir, como nós vamos conviver com essa disputa por influência dessas grandes potências externas. O que importa pensar desse ponto de vista é como essa preocupação com a influência externa levou a uma cristalização de uma cultura de defesa da legalidade, do multilateralismo, da não-intervenção – embora esse conceito de intervenção se modifique historicamente, ainda tem um impacto muito significativo.

Essa expressão de legalismo ganha também importância na negociação internacional, na resolução de conflitos, na ideia de que certos conflitos, sim, podem ser resolvidos no campo internacional pelas organizações internacionais ou por outros atores internacionais, e que outros conflitos têm que ser resolvidos no âmbito doméstico. Caso contrário, há um desrespeito à legalidade e à ideia de não-intervenção. Isso tem resultados positivos em algumas circunstâncias e negativos em outras. Parece-me que no campo da necessidade de coordenação para lidar com altos índices de criminalidade, por exemplo, a nossa preocupação, o nosso cuidado com a não-intervenção, talvez acabe gerando problemas e dificuldades até de coordenação.

Quando tratamos do terceiro traço, que é o traço dessa divisão, fica evidente essa contradição. Olhamos os documentos das organizações, o discurso das elites locais e dos próprios acadêmicos, sempre chamando a atenção para o fato de que nós somos uma comunidade de segurança, nós somos uma zona de paz, nós somos uma região onde o uso da violência é baixíssimo. Em contraposição a isso, as estatísticas de violência dentro dos estados evidencia outra realidade. Criam-se, então, duas visões, dois mundos. Em um, há pouca violência (relação entre estados) e no outro, percebe-se muita violência (a criminalidade interna). Temos então muita dificuldade de identificar quais são as redes de ligação entre essas duas esferas, uma pacífica e a uma violenta, convivendo em uma mesma região.

Finalmente, gostaria de salientar o último aspecto, que é a tendência a buscar mecanismos *ad hoc*, mesmo sendo eles de natureza mais multilateral – como, por exemplo, as reuniões de cúpula, reuniões entre ministros, Ministro da Defesa, ministros da área de Segurança Pública. Verifica-se que existe uma tradição de reunião de cúpula. Eu imagino que

nós, latino-americanos, sejamos particularmente sociáveis, gostamos muito de jantares, coquetéis, vinho etc. Então, esses encontros todos ocupam um lugar importante. A nossa diplomacia, por exemplo, é muito voltada para esse tipo de evento e eu, pessoalmente, acho que eles têm sua relevância. Essas reuniões de altas lideranças do Executivo são efetivas e a participação das altas lideranças políticas nos processos de mediação e resolução de conflitos de uma forma mais geral também tem papel de destaque na busca de soluções. Tal fato, contudo, não indica que nossas organizações devam se ausentar dessas participações. Creio que existe um dever de casa considerável a ser feito tanto pela UNASUL quanto pela CELAC, a fim de alocar investimentos em mecanismos mais institucionalizados de resolução de conflitos, de coordenação dessas atividades.

Nós temos alguma tradição bastante interessante no campo das medidas de confiança mútua. Os militares têm uma ampla experiência em termos de troca de informação, de experiência, de discussões. Essa experiência da exercício de medidas de confiança mútua pode transbordar para o campo civil. Ela deve ser enfatizada, tem-se sempre que voltar a ela e revisita-la. Ela é muito importante. E ela diz respeito justamente a esse processo de institucionalização, contrapondo-se a essa visão mais *ad hoc*, de você tentar se conter, de ser reativo em relação ao tipo de confronto que está na mesa naquele momento. O que deve ser buscado é a construção de instituições capazes realmente de serem mais preventivas. A institucionalização tem essa vantagem, você cria um radar para verificar quais as situações que tendem a desembocar em violência e, a partir dos dados coletados iniciar uma conversa. Deve-se coordenar as ações dos estados, as ações das agências públicas para que seja possível avançar uma agenda de resolução de conflitos.

Então, nós olhamos esse quatro traços e estamos sempre estudando esse processo de institucionalização, de interação no nível regional. Para pensar uma política de defesa, eles são o cenário crucial. Concluindo, no processo de definição de uma estratégia de defesa, de uma política de defesa, nós pensamos na participação nos mecanismos das diferentes regiões. Ao fazê-lo, é importante pensar que nós estamos lidando, em cada uma delas, com diferentes projetos regionais em disputa, mas que podem realizar uma divisão de trabalho, tornando possível essa convivência.

Muito obrigada!

Prof. Dr. Hector San-Pierre²

Inicialmente, eu queria agradecer o convite para participar deste evento e a confiança em mim depositada ao ser escolhido para falar aqui para vocês. Além de reconhecer a dificuldade de entendimento do meu “portunhol”, eu estou bastante resfriado. Conto com a boa vontade de todos para superar essas dificuldades e não prejudicar o entendimento do que tenho a apresentar. Bom, eu vou fazer uma reflexão mais de tipo filosófica com relação à Defesa e apresentar as características atuais do que seria uma “Defesa”, assim como suas perspectivas futuras.

Na Ciência Política, é comum a referência ao momento histórico no qual os homens estavam absolutamente livres e, em concorrência uns com os outros, o que provocava um ambiente de insegurança entre os seres humanos. Esse ambiente conduziu ao que alguns filósofos chamaram de “Contrato Social”, solução por meio da qual os homens entregam sua soberania, sua vontade de decidir e seus instrumentos de autodefesa para um indivíduo (ou conjunto de indivíduos) que, nesse ato, se transforma no “soberano” e o resto da sociedade, em “súditos”. O fato é que esse soberano não faz parte do pacto, ele é o resultado do pacto. O pacto é entre os cidadãos. O soberano, justamente por estar acima daquele pacto e não haver nada que limite sua liberdade de agir, manifesta seu poder de acordo com sua vontade. Dessa maneira, começa a realizar seus desejos na forma de imperativos: eu quero

² Graduado em Filosofia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina, mestrado em Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência e doutorado em Filosofia Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutor pela Universidad Autónoma de México, México, e tese de Livre Docência na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

isto, não quero aquilo, isto pode e aquilo não. Mas, à medida que ele se vai manifestando, e considerando o poder de suas assertivas, vai sendo criado um ambiente de normatividade (uma rede normativa), que cerceia sua própria vontade, limita seu próprio exercício de poder. Ele também passa a dispor do monopólio da violência, herdado desse pacto, que é fundamental para a segurança dos cidadãos. Esse monopólio do uso da violência se aplica internamente nos limites daquele estado para manter os cidadãos seguros das ameaças dos transgressores das normas. Ele permite eventualmente, separar aqueles indivíduos que apresentem comportamentos problemáticos, dificuldades ou perigo para o resto da sociedade. Por outro lado, toda essa estrutura normativa constitui um *status quo*, que deve ser defendido de outros *status quo* do mundo. Isto é que se chama uma unidade decisória, uma unidade política que convive com outras unidades políticas, com outras unidades decisórias.

A soberania é a capacidade de manter a liberdade de decisão dentro de um determinado território sobre uma comunidade de homens e mulheres, de seres humanos. Portanto, é para manter essa segurança (*status quo*) na unidade política em relação a outras unidades políticas que também se emprega instrumentos de violência sob o monopólio do poder soberano. Portanto, existe o emprego do monopólio da violência internamente (em um sentido protetor) e, em outro sentido, há o emprego do mesmo monopólio da violência externamente para defender esse *status quo* de outras unidades decisórias. Dessa maneira, a natureza da força em um e em outro caso são, essencialmente, diferentes: internamente, a força tem o sentido de proteção (ela se destina a proteger o cidadão); e externamente (que é o que nos interessa) tem o sentido da letalidade (o outro, da outra unidade política, não precisa ser um criminoso, não precisa ser um “malandro”, eu não preciso odiá-lo para matá-lo e essa morte não é um crime). É nesse ambiente que se desenvolve a “Defesa”.

As sociedades complexas (como as nossas) são diferentes das sociedades que Florestan Fernandes tratava quando estudou a guerra entre os Tupinambás. Em uma unidade de uma sociedade muito simples, o guerreiro era eventualmente o chefe (que podia ser qualquer um) e o xamã (também podia ser qualquer um). Na nossa sociedade complexa, há uma estrutura institucional dedicada à Defesa, diferente da estrutura institucional dedicada à Segurança Pública, do ponto de vista ministerial (em alguns países é o Ministério de Justiça, em outros é o Ministério de Segurança Pública). Em geral, o Ministério da Defesa (que antes se chamava Ministério da Guerra) é aquele destinado a proteger a unidade

decisória, a defendê-la. Para isso, há um conteúdo sociológico dessa estrutura institucional, que vamos chamar de Forças Armadas. Esse conteúdo sociológico são os militares (às vezes se confunde a estrutura institucional com a estrutura sociológica). Assim, para ficar bem definido, a institucional são as Forças Armadas e a sociológica são os militares.

Portanto, é preciso que o militar, dentro de uma estrutura institucional (quando falo de uma estrutura institucional, eu estou falando de orçamento, de segurança no emprego, permanência etc.), garanta a Defesa dessa unidade política.

As questões que se colocam são as seguintes: o que defender? quem defender? e como defender? A resposta à primeira questão (o que defender), no meu entender, é: as unidades políticas. Eu falo de unidades de política e não de Estado, como vocês devem ter pensado. Não considero o Estado como resposta porque ele é uma instituição temporal e histórica que deve ter uns 200 ou 300 anos. Antes da existência do Estado existiam unidades políticas, existiam as guerras de decisão política. Depois do Estado, se algum dia o Estado deixar de existir como “Estado”, ainda assim, vai ter alguém que vai tomar as decisões e essas decisões é o que interessa politicamente. Então, a pergunta relevante do ponto de vista da política é: quem decide?

Essa unidade decisória, portanto, essa Defesa, na atualidade da América do Sul, tem entendido como o objeto dessa Defesa os recursos naturais. O Conselho de Defesa Sul-americano (mais especificamente o Centro de Estudos Estratégicos do Conselho de Defesa) particularmente no período em que era dirigido pelo Forti³, coloca como objeto prioritário da Defesa sul-americana os recursos naturais. Isso me parece uma coisa bastante evidente, bastante óbvia, pois os recursos naturais permitem o desenvolvimento social. Eles são as riquezas da nação, que permitem esse desenvolvimento e é isso que tem de ser defendido. Entretanto, em um ambiente regional como a América do Sul fica muito complicado colocar os recursos naturais como o objeto da Defesa. Isto é válido mesmo em um ambiente nacional (em um ambiente estatal), onde alguns dos recursos naturais são explorados por empresas particulares. Não se deve empregar uma estrutura institucional como as Forças Armadas e uma estrutura sociológica como os militares para que estes empreguem seu sangue para defender empresas. Nesse ponto, eu coloco então uma indagação, pois eu

³ Alfredo Forti – Diretor de Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), no período de 2011 a 2015.

estou pensando em América do Sul. A Bolívia não vai perguntar para o Brasil se pode ou não vender seu lítio para a China, pois isso é um problema deles. Por essa razão, não pode pedir que o Brasil defenda os recursos das minas bolivianas. Do mesmo modo, se o Brasil não vai dividir os recursos do pré-sal, não pode exigir que os outros países cedam soldados para defender o seu petróleo (mesmo porque os recursos do pré-sal podem ser explorados pela Exxon, pela Shell, empresas que sequer são brasileiras). Então, não é nisso que será colocado o sangue dos meus soldados. A Defesa, então, deve ser orientada para garantir, justamente, a soberania decisória, que parece um conceito abstrato, mas é ele que confere legitimidade ao Estado ou aquele que toma a decisão. Sintetiza o que tinha falado o Jobim⁴ (e que depois repetiu Amorim⁵): o poder de dizer “não”. Tanto que constitucionalmente (de acordo com as declarações dos mandatários, tanto dos brasileiros como dos de outros países da América do Sul) os Estados decidiram não dar prioridade ao uso da força como forma de resolver seus conflitos, quer dizer, preferem deixar as Forças Armadas como último recurso para a resolução de controvérsias. Eles abrem mão do emprego de Forças Armadas, abrem mão de impor sua vontade a outrem. O que fazem as Forças Armadas é defender a possibilidade de resistir a uma imposição da vontade externa. É dizer: “eu não vou impor a minha vontade a ninguém, mas eu não vou permitir que ninguém me imponha a sua vontade”. Em suma, as Forças Armadas são necessárias para quando eu preciso dizer “não” (resistir a uma imposição de uma vontade externa). Isso seria então o cerne do objeto da Defesa: defender a atitude e a atividade soberana que é justamente “decidir” (poder decidir soberanamente é poder decidir livre de qualquer amarra). Para isso, do ponto de vista estratégico (pensando institucionalmente na capacidade militar para essa Defesa), é preciso desenvolver concepções estratégicas (ou uma concepção estratégica) que garanta a possibilidade de defender a decisão do soberano em qualquer circunstância, contra qualquer vontade, para o qual é preciso autonomia estratégica. E autonomia estratégica significa não depender estrategicamente de insumos que venham de outros lugares que não sejam da própria terra.

Quero dizer, há o que eu chamo de “ideologia estratégica” que divulga a ideia de que a novidade tecnológica confere a vitória na guerra. Essa crença está bem difundida, (utilizam aparelhos de difusão muito importantes) fazendo acreditar que quanto maior o uso de

⁴ Nelson Jobim – Ministro da Defesa do Brasil no período de 2007 a 2011.

⁵ Celso Amorim – Ministro da Defesa do Brasil no período de 2011 a 2015.

novidades de tecnologia, maior é a vantagem. Isto pode ser questionado. Em primeiro lugar, vejamos o conceito de tecnologia. A concepção dominante sugere que a tecnologia significa a última novidade em termos de informática ou de chips, e não um conceito de tecnologia no sentido de adequação dos meios às circunstâncias, que é o conceito filosófico e grego de tecnologia: o emprego da natureza circundante para resolver os problemas. Isso, em minha opinião, é tecnologia. Há muitos que entendem a Guerra do Vietnã como o “triunfo da barbárie contra a tecnologia” e não foi isso, foi a vitória de uma tecnologia adequada sobre uma tecnologia inadequada. Na verdade, Giap⁶ fez as perguntas que um estrategista deve fazer: como anular a vantagem estratégica conferida pela tecnologia norte-americana? Quer dizer: se o bombardeiro aéreo é uma vantagem, o que devo fazer é levar meu soldado até as proximidades das tropas do inimigo, de maneira a anular aquela vantagem tecnológica.

O que também está embutido nessa “verdade tecnológica” é uma dependência estratégica que se evidencia na medida em que as forças armadas de países não totalmente desenvolvidos incorporam essas tecnologias (que são sedutoras). Quando se consome essa tecnologia que não é estritamente nacional há automaticamente a admissão de que não se pode resolver os problemas de preparação para o combate com os meios nacionais. É introduzida a dependência estratégica e essa dependência estratégica anula a possibilidade de decisão. E, não apenas a decisão estratégica. Se o estratégico é a procura do espaço de ação, esse espaço de ação conseguido pelo desempenho estratégico se reverte na liberdade de decisão. Com maior espaço de ação há maior capacidade de decisão. Mas essa capacidade estratégica, na medida que se incorpora a tecnologia, está anulada pelo provedor dessa tecnologia. Temos vários exemplos como a Guerra das Malvinas, com o *Exocet*⁷, talvez o mais gritante entre tantos. Portanto, o desafio estratégico desse desafio sociológico é formar reflexão estratégica entre os militares, no ambiente sociológico da instituição das Forças Armadas, capazes de formular concepções estratégicas autônomas,

⁶ **Vo Nguyen Giap** (nascido na província de Quang Binh, 25 de agosto de 1911 — morreu em Hanói, 4 de outubro de 2013) foi um general vietnamita, fundador e comandante supremo do Exército do Povo do Vietnã e um dos mais importantes estrategistas militares do século XX, que comandou as forças do Vietnã, que derrotaram tanto o exército francês, na Batalha de Dien Bien Phu, em 1954, quanto o exército dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, em 1975.

⁷ Os mísseis antinavios *Exocet* foram utilizados pela Força Aérea argentina com grande efetividade contra os navios da Marinha inglesa durante a Guerra das Malvinas. À época, recém-comprados dos franceses, não tinham sido completamente adaptados pelo fornecedor às aeronaves argentinas.

procurando a autonomia estratégica que garanta a possibilidade da livre decisão, seja ela como for; é difícil, mas todos sabem que a estratégia não é fácil. Não é à toa que os grandes estrategistas sempre estiveram do lado das forças menores porque o excesso de força tolhe a reflexão estratégica. Se eu tenho força suficiente para jogar, não preciso meditar muito nos custos estratégicos, nas reflexões estratégicas ou na elegância estratégica. Agora, quando eu não tenho esses meios, eu tenho de pensar como vencer a diferença de meios com o desempenho estratégico.

Assim, respondendo à terceira questão: como se defender? Com o desempenho estratégico. A questão é como desenvolver esse pensamento nas Forças Armadas nesse ambiente sociológico dos militares, em uma estrutura que exige uma hierarquia e uma relação de mando-obediência muito estrita. Cada vez mais o soldado, pelas novidades da guerra (eu até diria dos conflitos armados) nas quais os soldados estão intervindo, muitas vezes tem que tomar decisões que têm consequências que muitas vezes não são apenas operacionais mas que podem ser políticas (quer dizer, na realização de um trabalho que não é específico das Forças Armadas, mas as Forças Armadas foram “empurradas” a satisfazer uma demanda governamental a fim de substituir, ou ajudar ou auxiliar as Forças Policiais). Um acidente nesse ambiente (que não é um ambiente específico, nem doutrinário, nem de meios, nem de inteligência das Forças Armadas) pode provocar um efeito político, não só político com relação ao governo, mas político em relação ao reconhecimento das Forças Armadas pela própria sociedade, reconhecimento esse, necessário para seu desempenho específico que é o combate (o combate letal na defesa da decisão). Para essa defesa da possibilidade do “não”, do soberano, as Forças Armadas precisam de uma costura com essa sociedade. Essa costura corre risco nesses novos empregos das Forças Armadas, de Segurança Pública, por todos aqueles motivos que falei e por questão de vocação, que não é secundária. A vocação é central nas decisões dos seres humanos.

Vocês são militares e estão uniformizados porque vocês quiseram e porque decidiram ser isso e não ser qualquer outra coisa. Só que em um determinado momento, pelas necessidades ou deficiências de outras estruturas institucionais, vocês são levados a cumprir tarefas que não aquelas são tarefas que vocês tinham a cumprir por vocação (que é a Defesa da Pátria, do processo decisório). Por outro lado, os conflitos contemporâneos – e não estou falando estritamente de Segurança Pública, pois isso não tem nada a ver com as Forças Armadas, não tem nada a ver pois o crime é definido por lei, e o que hoje é crime

amanhã pode não ser, depende de uma posição normativa – o conflito atualmente assume características tão radicais que coloca em risco a própria definição clássica de “guerra” como continuação da política por outros meios (essa é uma das definições de Clausewitz da guerra). Por quê? Porque nos conflitos contemporâneos é muito difícil ver qual é o objetivo político desses conflitos.

Há uma lógica nos conflitos que excede a própria permanência da política. Há uma lógica do conflito que se sobrepõe à lógica política. Por exemplo, o soldado desse tipo de conflito, muitas vezes, já está com um fuzil no ombro desde os 12 anos (ou mesmo antes) e a partir de um determinado momento, ele é um combatente. Sua inserção social é como combatente. Ele não tem nenhuma outra inserção social que não seja como combatente. Portanto, a pacificação, a solução desse conflito significa, para ele, perder a identidade social. Essa é uma das grandes dificuldades de resolução dos conflitos em uma guerra de guerrilhas, como é o caso do conflito interno da Colômbia. Por sinal, naquele país, as Forças Armadas já poderiam ter reduzido sua estrutura, pois ao se pacificar o país, já não existe objeto insurrecional dentro de seu próprio território. Por outro lado, essas forças da guerrilha terão de ser incorporadas, em alguma medida, à própria Força Pública (na Colômbia, a Constituição prevê a “Fuerza Pública” que inclui a “Policia Nacional” e as “Fuerzas Militares” (Forças Armadas), mas terão de ser incorporadas pois são combatentes, são guerreiros. Você não vai conformá-los dando semente para plantar, para plantar batata. Eles não vão querer. Eles são comandantes guerrilheiros e devem ser incorporados às Forças de Segurança ou, caso isso não ocorra, se incorporarão automaticamente às forças do crime organizado. Eles viveram armados e devem ser incorporados a alguma “força”, pois não têm outra lógica existencial que a própria lógica guerreira.

Alguns analistas consideram que as guerras contemporâneas são um retorno às guerras medievais (estas não tinham um objetivo estritamente político e eram guerras de vingança, de vendeta, de roubo, de rapina). Algumas das guerras que ocorrem na África são guerras desse tipo, onde não há uma lógica política, onde não há uma liderança política clara com a qual se possa negociar. Assim, imaginemos uma situação: há uma negociação com um comandante guerrilheiro e ele decide por uma linha de ação. Se o restante do grupo não está de acordo, este comandante é morto e substituído por outro “governante”. Não há uma representatividade nesses grupos armados com os quais se possa negociar, aliás pode-se negociar, mas não se pode confiar. Isto é muito complicado. Também é muito complicado a

intervenção internacional, das quais vocês podem fazer parte pois, como vocês sabem, as missões de paz contemporâneas não são mais “capítulo VI”, “são capítulo VII”⁸. Como dizia um amigo canadense: “se você quer ter uma posição de maior destaque internacional participando de Operações de Paz, você tem de se acostumar a ver seus soldados voltarem em sacos plásticos”. Isso é um problema sobre o qual imagino que os senhores já devem ter refletido. Algumas missões de paz – como é o caso da MINUSTAH – têm “probabilidade de êxito”, que, sob o ponto de vista estratégico, pode ser considerado uma vitória. Mas há conflitos contemporâneos em que é impossível a possibilidade de uma vitória. É impossível. São conflitos nos quais o desgaste, a permanência são a essência do conflito. Há grande envolvimento econômico, há possibilidade de enriquecimento pessoal, não há unidades políticas com as quais se possa negociar, e obviamente, se não há unidades com que se possa negociar, também não há unidades políticas que possam convocar uma intervenção internacional. Portanto, por sua natureza, essa convocação não deve ser baseada no “capítulo VI”, mas sim no “capítulo VII”. As forças de paz serão forças de combate.

Há algumas atividades que também são realizadas pelas Forças Armadas (aquelas que os equatorianos chamam de “capacetes brancos”) no atendimento a desastres naturais e empregos semelhantes. Eu acho que é importante a participação de militares em desastres naturais (pela capacidade de mobilização, pela logística, pela capacidade de coordenar grandes efetivos, pelos meios de comunicação disponíveis, pelo treinamento no controle e ocupação de territórios e outros fatores). O que não deve ocorrer é que a designação das forças armadas para esse tipo de missões de “capacete branco”, de desastres naturais, conduzam à aquisição de meios específicos para participar dessas missões humanitárias. Meios específicos militares são meios de combate. A especificidade militar é o combate, é aniquilar a força oponente. Isso é o específico e é aquilo que não se pode perder, tanto na natureza de destreza, de habilidades, de desempenho quanto no conhecimento doutrinário por parte de seus quadros. Assim, para participar de determinadas missões de paz, é preciso adequar a doutrina de modo que essa doutrina facilite o desempenho das Forças Armadas. Como as Forças Armadas participam com a bandeira do Brasil no ombro, qualquer erro de

⁸ A manutenção da paz e a segurança internacional é prevista nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas. O capítulo VI tenta resolver os conflitos por meios pacíficos (negociação, mediação, conciliação, arbitragem). O capítulo VII trata do uso da força que pode ser usado para intervenções internacionais em casos de ameaças à paz internacional ou atos de agressão.

um combatente (e não estou falando de um comandante, estou falando de um soldado) no *front*, qualquer deslize cometido será creditado não ao indivíduo, mas ao país. Caso isso ocorra, o emprego em uma missão humanitária externa, para apoiar a sociedade internacional, pode acabar provocando um desgaste das Forças Armadas em seu próprio país. Por isso, é importante trabalhar na doutrina, não apenas com os oficiais, que são bem treinados em todo esse tipo de doutrina, mas também com os soldados que acompanham as missões. Quero dizer, o mundo contemporâneo que se visualiza, é um mundo onde os conflitos tradicionais não estão descartados. Além dos conflitos, como podemos imaginar oriundos de uma série de contenciosos que existem em nossa região, originados de contenciosos ainda não resolvidos, que estão dentro do plano jurídico de soluções (e espero que se mantenham aí e que nesse plano sejam resolvidos), existem, entre países da região, conflitos antigos e latentes (conflitos tradicionais como fronteiras, soberania etc.). Também há a possibilidade de conflitos muito maiores, que envolveriam não apenas países de porte pequeno ou médio (como são os países sul-americanos).

Nós habitamos uma região que pode se transformar no cenário de uma próxima confrontação de grande escala que é o Atlântico Sul. Existem vários riscos estratégicos tais como: o posicionamento de forças inglesas no “colar” de ilhas que fecham o Atlântico Sul, que é vital para a China (seu comércio passa pelo Atlântico Sul); a ativação da Quarta Frota pelos EUA; a maior fronteira terrestre da França com o Brasil, também um país com autonomia nuclear. Todas essas possibilidades existem e devem ser consideradas tanto pela estrutura de nossas Forças Armadas como pela estrutura sociológica militar que deve pensar em todos esses aspectos. Assim, a possibilidade de emprego das Forças Armadas pode ocorrer desde a participação em uma missão de paz baseada no “capítulo VI”, passando por uma subida no Morro do Alemão e o apoio na recuperação após um terremoto ou inundações, até um conflito de grandes proporções como poderia ser um conflito no Atlântico Sul. Estamos pensando em um confronto de grande potências. Qual é o preparo que deve ter o Brasil para um emprego nessas circunstâncias? Qual é o eixo que deve guiar o preparo estratégico e de meios do Brasil?

Nós temos uma END (Estratégia Nacional de Defesa) que é derivada dos planos de compra de cada uma das Forças, muito embora já tenhamos um Estado Maior Conjunto e, até certo ponto, uma doutrina conjunta. As três Forças, com três ordens de compra diferentes, obedecem a essa doutrina conjunta, a um desenho estratégico coerente? Qual é

esse desenho estratégico? Qual é a coerência desse desenho estratégico nacional para preparar as Forças Armadas para agir conjuntamente nessas modalidades tão “camaleônicas”, não só “camaleônicas” temporalmente senão “camaleônicas” circunstancialmente? Qual deve ser o preparo do Brasil e da América do Sul para esse desempenho? A América do Sul é um grande continente (o Itamaraty se recusa a usar “subcontinente”, e isso me parece correto). O continente sul-americano, bioceânico tem características topográficas das mais diversas (de gelos fantásticos, até selvas e cordilheiras) e é um território inexpugnável onde as decisões de negar a imposição a outra vontade se veem muito favorecidas, particularmente pensando não apenas em uma doutrina conjunta entre as Forças Armadas brasileiras mas também de forças combinadas no âmbito da América do Sul. Não gosto da palavra “integração” porque é uma palavra muito forte e particularmente quando é aplicada ao âmbito da segurança (integrar significa colocar todos em uma mesma equação) e em termos estratégicos significaria um único comando. Muitos países da região – particularmente o Brasil – se recusariam a participar se o comando não fosse brasileiro.

Então, eu acho que não precisa falar em integração, mas poderia falar de cooperação estratégica, tanto de desenvolvimento de meios para a guerra (desenvolver tecnologias especificamente sul-americanas, talvez começando por substituição de importações) até chegar a uma doutrina de emprego eficiente e eficaz para defender a América do Sul e, obviamente, para defender o Brasil que está incluído na América do Sul. Muito obrigado, era isso o que tinha para apresentar.

Prof. Dr. Paulo Vizentini⁹

Na virada do século, nos dois últimos anos do século anterior, e nos dois primeiros deste, eu tive uma participação muito ativa no Centro de Estudos Estratégicos da ESG. Com as mudanças que foram ocorrendo, corte de verba etc, acabei virando um *slip member* desta instituição. Então, ao ser chamado para uma participação neste painel, tão seleta, com meus colegas especialistas da área, é uma grande satisfação. Aproveito para cumprimentar a todos pela conclusão dessa maratona que é participar do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

A minha fala é complementar à dos meus colegas. Ela terá uma abordagem menos teórica, mais teórico-prática. Basicamente vou tentar apresentar neste painel o conteúdo de um pequeno livro que saiu ontem. Eu acho que seu título é “O caótico Século XXI”, editado pela editora carioca chamada Alta Books. Inicialmente, eu gostaria de dizer que tenho um pedido de desculpas, porque a minha falecida mãe me criou com um grave problema: ela me ensinou que eu deveria dizer sempre a verdade e isso não é algo muito bom para nossa vida, mas de qualquer maneira, ela me educou dessa maneira e, no final das contas, eu digo mais

⁹ Bacharel em História pela UFRGS (1980), mestrado em Ciência Política pela UFRGS (1983), e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993). Pós-doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics (1997).

ou menos o que eu penso e o que eu acho que pode contribuir para as pessoas. Evidentemente há distintas maneiras de dizer a verdade sem ofender, mas eu creio sim que estamos vivendo um momento crítico, e esse momento crítico não é apenas o momento brasileiro. O momento brasileiro é parte e efeito de um movimento crítico maior, de uma situação difícil que o mundo vive.

Em primeiro lugar, na minha humilde opinião, os estudos de defesa foram relegados a um segundo plano logo depois do desaparecimento do bloco soviético, e só foram retomados com o 11 de setembro. Eu me recordo inclusive da ausência de especialistas para explicar o 11 de setembro, mesmo para a imprensa ou para a televisão. Desculpe a expressão, mas foi um espaço que muita gente despreparada usou e isto criou problemas para entender o futuro. Eu chamaria até de uma década perdida. Um tempo precioso foi utilizado, ou melhor, não foi utilizado. E ali estavam acontecendo mudanças estruturais. Houve uma espécie de vácuo teórico, ou seja, aquele período sequer foi utilizado para fazer um balanço científico do que estava ocorrendo, do que foi a Guerra Fria, de qual teria sido a razão da queda do bloco soviético. Se todos queriam estudar o mundo pós guerra fria, significa que deveríamos analisar um período novo e, para estudar um período novo, não pode partir da ideia do fim da história. Nós temos que conhecer o período anterior porque a história vai ser recorrentemente a reação a etapas anteriores. Quem ganhou? Quem perdeu? Quais os planos que ali estavam? A meu ver, a Guerra Fria foi tanto um conflito, quanto um sistema regulador das relações internacionais. É um falso debate dizer que era uma luta ou uma encenação das grandes potências. Ela foi as duas coisas ao mesmo tempo. É possível isso? Sim, é possível. Havia um conflito na base nesse antagonismo que se criou em função de armamentos, da lógica dos blocos. Criou-se uma série de mecanismos não escritos, não codificados que eram aceitos pelas duas grandes potências, os quais criavam uma espécie de *modus vivendi* que definiam até onde era lícito avançar sem que houvesse uma Terceira Guerra Mundial. E quando acabou a Guerra Fria, verificou-se depois que essa lógica foi mais ou menos respeitada em boa medida durante aquele conflito. E mais, naquela época existia um tipo de guerra organizado praticamente no modelo de sociedades industriais. Os conflitos mais sérios nesse período ocorreram fora desse padrão. Exceto as guerras mundiais, que ocorreram antes, os conflitos se deram entre as sociedades industriais e as sociedades agrárias. Tinham outro objetivo, um outro padrão. Nos anos 90, eu acho que a percepção sobre as questões de defesa foi seguindo meio por inércia. De alguma

forma, parece que os Estados Unidos acreditavam realmente que o seu grande desafio tinha desaparecido. E ficou claro que talvez os Estados Unidos não soubessem viver e trabalhar sem que o seu adversário anterior existisse, sem que uma ameaça de tipo equivalente justificasse o poderio americano, que de alguma maneira foi ficando sem foco. Mas, é interessante notar que, quando não há ideias novas, as ideias antigas permanecem na agenda e vão orientando a realidade. Houve também muitos ensaios multilaterais, formas diferentes de tentar governar o mundo. A agenda das relações internacionais virou uma agenda calcada na globalização, no clichê da globalização, que, na verdade, é um processo que tem 500 anos. Mas, enfim, resolveu-se chamar essa etapa mais recente de globalização. Praticamente as relações internacionais, os estudos internacionalistas – que são o parceiro, o irmão gêmeo dos estudos de defesa – virou algo assim muito ligado a questões econômicas. A agenda de segurança desapareceu em grande medida. E essas formas de ver a realidade começaram a tornar-se muito prescritivas. Estudavam-se muitos modelos, como os estados teriam que agir para atingir determinado padrão de democracia. Não vamos entrar na discussão óbvia sobre se isso era desejável ou não, mas em que medida isso respondia às demandas do mundo real que havia lá fora. Havia um grande jornal de um estado economicamente grande que publicava mapas do avanço da democracia do mundo. Então todo domingo ele publicava lá o mapa com as cores do avanço, quais os regimes eram ou não democráticos.

Houve também uma novidade, uma palavra, um neologismo: a “desestrategização” de grandes conflitos. Na África e em alguns lugares do Oriente Médio, muitos conflitos perderam o seu caráter sistêmico, perderam sua forma anterior ligada à Guerra Fria. Governos ou facções que eram respectivamente alimentados por superpotências, deixaram de ser. Mas isso, em lugar de eliminar os conflitos, parece que conduziu a um retrocesso naquela ideia de que mundo entrava em uma era de paz, democracia e prosperidade, como o Bush pai denominou de “Nova Ordem Mundial”. Lembro, por exemplo, dos conflitos da Libéria, Serra Leoa, dos conflitos da região dos Lagos Africanos, Angola, Burundi, leste da República Democrática do Congo e vários deles no Oriente Médio. Esses conflitos prosseguiram, agora de outra maneira. Para mim, é uma postura muito cômoda dizer que eles eram conflitos tribais, étnicos ou religiosos. Isso não existe. Existem conflitos políticos. Mesmo por trás da adoção de uma bandeira religiosa, existem interesses políticos muito claros e acho que isso tem que ser pensado e estudado da melhor forma possível.

De qualquer maneira, nesse período se dizia que a globalização avançava sobre a soberania dos Estados, e que as pessoas que ainda falavam nesse conceito, que insistiam em determinadas noções de segurança, eram verdadeiros dinossauros de uma época que estava desaparecendo. O Estado e a nação sofreram então pressões fragmentadoras, observadas especialmente nos países periféricos ou nos países que sofreram uma regressão muito grande das estruturas de poder. Houve, realmente, uma série de fragmentações de estados, que acabaram por gerar novos países. Isso aconteceu na antiga União Soviética, na Iugoslávia, na Tchecoslováquia, aconteceu também na Etiópia, agora mais recentemente no Sudão e para não falar de casos que ainda não estão resolvidos, como por exemplo, o caso da Somália. Houve inclusive pressão para que países maiores se fragmentassem mais ainda como Rússia, como China. Depois inclusive eu gostaria de dizer uma palavra sobre nosso país.

Um dado da época que foi muito interessante foi a desarticulação da indústria e tecnologia militar produzida nas décadas anteriores pelos países emergentes. Muitas nações que tinham suficiente massa crítica, econômica, humana e de cientistas geraram tecnologias próprias ou relativamente próprias, criaram Indústrias para se auto-abastecer. É interessante como houve um programa internacional muito bem articulado para que esses países por uma razão ou por outra abandonassem os seus instrumentos de poder, inclusive as suas indústrias e a sua tecnologia. No debate com meus alunos, ele sempre vêm com a visão da mídia, que mostra que é uma loucura o que a Coreia do Norte, o que o Irã fazem, de ter um instrumento nuclear. Eu digo a eles que isso tem que ser analisado através da existência de um instrumento diplomático. Não tivesse o Irã de alguma maneira desenvolvido seu programa, provavelmente ele nada teria para negociar no quadro atual do Oriente Médio. Ou seja, mesmo que ele acabe cedendo nesse quesito, ele vai ganhar alguma coisa diplomaticamente que de outra forma ele não ganharia. O que foi estranho é que muitos países renunciaram a seus meios, sem negociar absolutamente nada em troca. Isso é fantástico. No caso da Coreia do Norte, e por mais que se pinte os dirigentes como um bando de loucos, eles são muito racionais, muito bem articulados na arte de sobreviver no mundo hostil, sabem o que estão fazendo e têm a sua questão nuclear como um elemento de barganha diplomática. Eles também querem algumas concessões e serão capazes, se o que eles desejam obter for obtido, abandonar tais questões. Essas coisas materiais que se perdem são possíveis de serem recuperadas, em outro momento, pelo menos parcialmente.

Entretanto, existe uma coisa mais complicada que é a perda de percepção de identidade nacional pela sociedade. Nós vivemos na era da internet global, dos mecanismos politicamente corretos, que são copiados em qualquer lugar. Eu acho que isso, nos últimos anos tempos, está levando a um processo realmente muito complicado e perigoso. Fala-se muito no desenvolvimento econômico-social. É óbvio que isso é uma prioridade, mas por exemplo a nossa região, toda ela vive muito abaixo da sua capacidade real. Porém, para existir desenvolvimento econômico-social, tem que existir “projeto nacional”, e nesse quesito nós estamos muito mal. Falta-nos um projeto nacional. As estratégias de desenvolvimento são simplesmente, em geral, formas de como se conectar um pouco melhor numa ordem global na qual nós não controlamos absolutamente os fluxos financeiros, as ordens institucionais etc. Para haver projeto nacional, tem que ser construído ainda um andar abaixo, que é a base de tudo: é a “identidade nacional”. Então, eu diria que nos últimos 25 anos, ou um pouco mais, trabalhou-se ativamente para desestruturar a noção de identidade nacional, ou seja, um brasileiro hoje não sabe mais quem ele é. Não é só o jovem que está sendo educado diretamente pela internet que não sabe sequer usar palavras adequadas. Meus alunos, às vezes, colocam que a Tanzânia invadiu Uganda com 7.000 tropas. Eu disse não. Isso não pode ser porque tropa, em português, é coletivo. Então, eu acho que você quis dizer *troops*, que deve ser traduzido para soldados. As pessoas já não sabem mais se querem usar o idioma e concatenar as ideias em português. E eu estou falando de uma ampla sociedade mestiça, que hoje foi fatiada em minorias de todo tipo. Sem ter uma identidade nacional, você não consegue convencimento da sociedade para projetos estratégicos para o país. A própria academia, na qual eu trabalho, foi tomada, vamos dizer assim, por postulados que eu chamaria de pós-modernos. Eu diria que se vive, de certa forma, uma espécie de ingenuidade kantiana ou neokantiana, que está de alguma maneira ligada à visão neoliberal. Ou seja, espera-se que o mundo vai entrar automaticamente em uma época de paz perpétua. Porque “tendo os países mais ligações comerciais, de investimentos, eles ficam mais integrados e a possibilidade de conflito é menor”. Ora, para quem teve uma formação de historiador, como eu tive, isso é paradoxal, porque é exatamente onde começa a haver esses vínculos, que vão surgir as divergências e vai haver uma razão para ter conflitos. Essa é uma razão para ter conflitos. Faz 101 anos que ocorreu a Primeira Guerra Mundial, e eu recomendaria a todos vocês relerem um pouco sobre a conjuntura das décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Como é que se

entrou no mundo daqueles onde a *Belle Époque* deu lugar a uma tragédia de dimensões absolutamente inéditas.

Outro tópico que eu gostaria de abordar é a atuação atual das organizações não governamentais. Vejam bem, existem ONGs e ONGs. Eu não vou falar das ONGs que são boas. Vou falar daquelas que têm mais poder e que, em geral, não são de origem nacional. São essas que têm desenvolvido um trabalho de corrosão do pensamento nacional, do pensamento autônomo e, de toda maneira, têm sido tratadas aqui com tapete vermelho. Falo das instituições que muitas vezes são ligadas a partidos políticos de outros países e que aqui dentro têm dinheiro e voz, ocupam mídia, ocupam a Universidade, oferecem bolsas de estudos etc. E isso tudo tem sido utilizado como uma espécie de poder brando, para provocar a situação a qual eu me referi.

Mas tudo isso mudou no 11 de setembro de 2001 com o surgimento de uma guerra assimétrica. Na verdade, duas coisas que vão ressurgir: esse tipo novo de conflito e o retorno da geopolítica. E por que o retorno da geopolítica? E em que dimensão? Bem, essa área da Eurásia esteve completamente fragmentada durante a Guerra Fria. Não existia uma Europa, existiam duas Europas bem integradas com organizações econômicas e militares equivalentes. A União Soviética não se dava com a China, que não se dava com a Índia. A Índia não se dava com o Paquistão. No sudeste asiático, aconteceu a Guerra do Vietnã e uma série de conflitos que também bloqueavam. A península coreana dividida. Duas Chinas, na verdade é uma China, mas enfim, duas Chinas. E o Japão fisicamente encostado na Ásia, mas dela não fazendo parte. O fim da Guerra Fria causou um fenômeno curioso. A Rússia, que foi sucessora da União Soviética, pôde se tornar capitalista, embora seja difícil dizer, se ela é ou não é. Ou então, como alguns preferem dizer, o capitalismo não é igual em todos os lugares. Mas a Rússia antes era contida, devido à sua ideologia e à sua forma de atuação, que era essencialmente militar e político-ideológica. Ela tinha influência junto a alguns grupos, mas nas relações internacionais ela sofreu um processo de bloqueio de 74 anos. Praticamente durante toda sua existência ela sofreu esse tipo de pressão. Mas a nova Rússia não é assim. Ela é uma potência energética, não só porque tem energia para vender, mas porque o dinheiro acumulado pelas privatizações lhe permitiu criar empresas internacionalizadas para agir na área dos hidrocarbonetos pelo mundo afora e da mineração, assim como em áreas de tecnologia sensível. Ora, vejamos então o que ocorre: a Rússia no meio; a Europa, necessitando de uma industrialização muito grande, precisando de energia e de muitas

outras coisas, de um lado, e precisando vender; e a China, do outro lado. Assim, nesse contexto, uma coisa que não era esperada acontece.

E se retomamos os fundamentos da velha geopolítica, vamos entender a lógica da nova. A Eurásia começa a se integrar fisicamente. Vejamos um exemplo de como o mundo está se movimentando: a China nunca põe todos os ovos no mesmo cesto. Ao fazer comércio, ela procura construir algo mais, não apenas fazer comércio. Procura construir algum arranjo político ou econômico, ou mesmo infraestrutura. Vejamos o caso da HP (*Hewlett Packard*), que produz computadores e impressoras. Sua maior fábrica está localizada no interior da China. Nos últimos anos, tornou-se mais negócio para ela transportar seus produtos por trem para Wolfsburg na Alemanha, onde está o centro de distribuição da empresa. Assim, ela permanece produzindo na China e, envia seus produtos por ferrovia pelo Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia e Polônia, de onde chega na Alemanha. Esse caminho está securitizado. Ele é mais curto, mais rápido, de menor custo logístico do que botar a carga em navios que já não podem mais passar pelo Canal de Suez e têm que fazer a volta em todo o Atlântico Sul para poder chegar à Europa. Então, o 11 de setembro não é só uma forma de luta assimétrica contra grupos terroristas, mas é também uma intervenção no centro da Eurásia. É uma intervenção no sentido de colocar uma cunha que impeça aquilo que a velha política sempre temeu. E qual é a ameaça às grandes potências navais? É uma Eurásia que, de alguma maneira, se una ou se associe num projeto maior. Então, é muito interessante observar como há um projeto claro em relação a isso, porque logo acima da fronteira do Cazaquistão com a Rússia, há uma faixa de uns 50 a 100 quilômetros apenas, onde existe uma única ferrovia e algumas aldeias. Ao norte dessa faixa, não existe mais nada, só urso. Então é fácil cortar essa ponte eurásiana, como ela é chamada.

Esse cenário que se desenha é um cenário onde o inimigo em geral é invisível e a nova forma da guerra é diferente das anteriores. Falou-se aqui em sacos pretos. País que tem padrão de classe média não quer que exista serviço militar obrigatório e não aceita baixas. Então, houve a terceirização, que não é uma marca apenas econômica, mas é uma marca também da guerra. Os terceirizados são milícias comunitárias ou grupos políticos, ou empresas de mercenários. Falo isso porque hoje em dia estamos na era da empresa, não existe mais aquele mercenário avulso, ou aquela situação onde se juntam 3 ou 4. Isso só ocorre no cinema. Com a redução das Forças Armadas em muitos países, sobrou muita gente

qualificada que ficaram sem o que fazer. Na nova forma da guerra estão presentes ainda as Forças Especiais, estas sim são nacionais, e armas estratégicas de alta tecnologia, como os drones. Mas, no entanto a globalização não eliminou o papel do estado nação e essa nova geopolítica é prova disso. Nesse contexto, é importante falarmos do Atlântico Sul, que o meu colega disse algumas palavras a respeito, e que estava também na fala da professora Mônica. Nessa região existe petróleo dos dois lados, há um anel de ilhas britânicas que se estende até o sul, formando um triângulo que fecha com Antártica. O Atlântico Sul não é apenas um oceano com duas margens, mas com três margens. É uma área de passagem extremamente importante. Essa rota para levar petróleo para os Estados Unidos é rápida, barata e segura. Com essa percepção geopolítica, o Atlântico Sul cria uma complementaridade que pode ser utilizada pelos Estados Unidos. Daí podermos observar uma certa inflexão na política externa brasileira nos últimos tempos. Esses espaços ganharam dimensão estratégica. Eles são importantíssimos. Já não é mais questão de discutir se são importantes ou não, mas o que fazer e com quem.

Há tensões crescentes no mundo. Existem coalizões não ideológicas de estados em forma de geometria variável. E se criou uma diferencial da *cold war*, a *cool war*, que seria uma guerra que você ataca constantemente sem desenvolver uma guerra aberta. É como uma espécie de luta de boxe em que você fica batendo, batendo e batendo, mas a luta não termina. Esse tipo de luta está sempre viva, praticamente desde que terminou a Guerra Fria.

Por fim, eu diria, os limites que já foram mencionados aqui estão desaparecendo. O que é uma guerra interna? O que é uma guerra externa? Se o tráfico de drogas no Brasil recebe armamento que vem de fora e passa pelas fronteiras, isso é uma questão interna ou externa? Como combater esses grupos? Eles podem estar agindo em nome, em defesa de gente que não queira que tivesse acontecido a Copa, que não queira que aconteça as Olimpíadas? Pode ser, pode ser. Imaginemos a situação do Rio de Janeiro. Um dia, um grupo de rapazes resolveu descer para ir à praia. Simplesmente num dia qualquer, como num estalar de dedos, todos acordaram de manhã e decidiram: “gente, vamos para a zona sul fazer arrastão?”. Isso tem muito do que dizia o presidente Roosevelt: em política, uma coisa grande sempre tem um planejamento. Nunca acontece por acaso.

Também são características da era em que vivemos a questão do espaço cibernético e o caos urbano. Existem ainda as tentativas de subtrair espaços ao controle do estado nação. Observem a implantação de gigantescas reservas indígenas em áreas de fronteiras

totalmente interligadas, impedindo que se crie uma rede de eletricidade e de internet que conecte uma parte do Brasil à outra. Tudo isso não é de graça, ou seja, essas ameaças aparecem hoje de uma forma completamente diferente do que nós estávamos acostumados. Até os oceanos e os polos se tornam hoje objeto de disputas.

E termino citando a fala de um ex-ministro: “não basta apenas dissuadir, é necessário cooperar”. Mas para isso, antes de tudo, é necessário ter identidade. A cooperação não acontece em um país que não tenha uma identidade formada e que não sabe o que quer. Nós precisamos avançar mais na área de inteligência, que é uma coisa vergonhosa em um país que quer ocupar o quinto PIB e tem a quinta população e o quinto território. Em um mundo onde há uma sede imensa quantidade de recursos naturais, porque uma parcela imensa da humanidade está saindo da pobreza absoluta para entrar na sociedade de consumo, nós somos um lugar com muitos recursos e pouca população. E para encerrar gostaria de afirmar que é incrível que um país desse tamanho não tenha *think tanks* realmente estabelecidos de uma forma pragmática como objetivo nacional. Nem os empresários têm isso quando se organizam. O que fazem é para fins setoriais, é para conseguir determinada vantagem com relação ao governo e não para pensar o mundo globalmente. É por isso que as coisas não dão certo. O que faz falta é realmente termos centros permanentes de reflexão, centros brasileiros. Não é o caso de comprar estudos prontos elaborados por países escandinavos, pela Inglaterra, ou pelos Estados Unidos. Porque, mesmo que sejam honestos, a problemática e o ângulo de visão é diferente. Estar em cima ou estar embaixo faz muita diferença. Muito obrigado.